

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 00.058.134/0001-58
NIRE RJ 3.680879-1

Ato da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Tele Norte Leste Participações S.A., realizada em dia 30 de abril de 2001, levada em termo de reunião, conforme parágrafo 1º do Art. 16 do Estatuto Social:

1. Data, hora e local: Dia 30 de abril de 2001, às 10:30 hs., no 22º andar do edifício onde tem sede a Companhia, à Rua Lauro Müller, 116, 21ª, 22ª andares e 23º andar – salas 1601, 1605 e 1606, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar a Relatária da Administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2000, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes; (b) aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2000, e proposta da Administração da distribuição de dividendos integral à base de R\$0,00067 por ação, ordinária e preferencial, e a de participação de empregados nos lucros; (c) eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; (d) eleger os membros do Conselho de Administração e respectivos suplentes; (e) deliberar sobre a remuneração dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia. Assembleia Geral Extraordinária: (a) pedido, para subscrito público, de debêntures não conversíveis, em montante de até R\$1 milhão, dividida em até 4 séries; (b) delegar poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre a emissão das debêntures, nos limites previstos no artigo 33, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76; (c) autorização à Diretoria Executiva da Sociedade para contratar com instituição financeira habilitada a operar no

movente de capital e colocação das debêntures, firmar a respectiva respectiva com Agente Fidejussório e demais atos correlatos.

3. Congregação: Edital publicado, nos termos do Artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V, nas edições dos dias 11/04/2001 (pág. 17), 16/04/2001 (pág. 39) e 17/04/2001 (pág. 58), e na Gazeta Mercantil, nas edições dos dias 11/04/2001 (pág. A-11), 12/04/2001 (pág. C-31) e 16/04/2001 (pág. B-2).

4. Presenças: Presenças pessoais de TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A. representando mais da metade do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presenças de Acionistas, bem como os senhores Manoel Moreira Francisco da Silva, Diretor Presidente da Sociedade, Rold'Von Parazzi, Presidente do Conselho Fiscal, respectivamente, e ainda a representação da PriorinvestimentosCoopert, Sr. Marcos D. Parazzi, na qualidade de auditores independentes da Companhia.

5. Mesa: Presidência o Sr. Luiz Alberto Colonna Roman e Secretário o Dr. Sergio L. Estevani Peresijj.

6. Deliberações:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:

a) O Presidente da Mesa Diretora informou que se encontravam sobre a mesa o relatório de administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, o parecer dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, documentos seus referentes ao exercício realizado em 31/12/00, de conhecimento dos Senhores Acionistas, conforme publicação integral inserida no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, parte V, edição do dia 16/03/2001, páginas 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 e no jornal Gazeta Mercantil, edição do 16/03/2001, páginas A-08 e A-09, A-10, A-11, na conformidade do art. 133 da Lei n.º 6-404/76. Dispensada a leitura de tais documentos, por serem de pleno conhecimento dos acionistas, uma vez que foram publicados na sua íntegra.

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
Assembléia Geral Ordinária - Extraordinária realizada em 30 de abril de 2001

terem sido submetidos à discussão e, em seguida, à votação, tendo sido aprovados pelos presentes conforme registros do livro "7" acima.

b) O Presidente da Mesa Diretora submeta à votação a proposta da administração para a destinação do lucro e a distribuição de dividendos, que foi aprovada nos seguintes termos: (i) de montante do lucro líquido do exercício no valor de R\$711.312 mil, o montante de R\$165,7 MM será pago aos acionistas detentores de ações preferenciais, correspondente ao dividendo mínimo previsto no artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, de 6% sobre o valor constante da Divisão do capital subscrito pelo número de ações da Companhia, e de R\$82,8 MM para os detentores de ações ordinárias, totalizando o volume de R\$248,5 MM, resultando num dividendo integral por ação, preferencial e ordinária, e R\$0,00667, atendendo ao disposto no estatuto social da companhia e artigo 302, incisos I, II e III da lei 6.404/76 e lei 8.038/90; devendo a distribuição de dividendos pela cotação "pro-rata die", que será corrigida a partir da data de encerramento do exercício social, pela variação do TR - taxa referencial - até o dia do início do pagamento, observadas as disposições estatutárias pertinentes à matéria. O prazo para pagamento de dividendos inicia-se em 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de realização desta Assembleia, sem incidência de imposto da Renda Fixada na Fonte - IRRF, conforme legislação vigente; (ii) pagamento da participação dos empregados no lucro do exercício, a taxa do artigo 40 do Estatuto Social, no volume de R\$66,2 MM; (iii) apropriação de R\$179,8 MM do lucro líquido para constituição de reserva legal e a realização de R\$134,1 MM da reserva de lucros a realizar.

c) A seguir, passou-se à eleição dos Membros do Conselho Fiscal para o exercício social iniciado em 31/01/2001, com mandato até a data da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30 de abril de 2002, tendo sido eleitos os seguintes membros, titulares e suplentes: Nas vagas do art. 161 da Lei n.º 6.404/76, foram eleitos, para composição do Conselho Fiscal (i) como membro efetivo LUIZ OTÁVIO MOURÃO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade n.º 22.842 CABMO, CPF n.º 216.949.155-30, residente e domiciliado na Rua Zefireu n.º 712, na cidade de Belo Horizonte, MG, e seu respectivo suplente ROBERTO JOSÉ RODRIGUES, brasileiro, casado, bacharel em direito,

portador da carteira de identidade nº M-743.224 expedida pelo SSP/MG, CPF nº 344.623.898-33, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, à Rua Antônio Luz nº 226 apto. 701, Bairro Oliveira (B) para membro efetivo, SÉRGIO RICARDO MIRANDA NAZARÉ, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade CORDEON-DF nº 3143, CPF nº 243.212.201-48, residente e domiciliado em Brasília, DF, com escritório à Rua Senador Dantas nº 165, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ, e seu respectivo suplente, MANUEL ROBERTO ALONSO VALVERDE, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 399.528, expedida pelo IPRRJ, CPF nº 641.167.887-82, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com escritório à Rua Senador Dantas nº 165, 2º andar, Rio de Janeiro, RJ; (II) para membro efetivo, PEDRO WAGNER FERREIRA, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.744.329 IPRRJ, CPF nº 218.308.937-34, residente e domiciliado na Av. Lúcio Costa nº 3.180, Bloco 2, apto. 803, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, e seu respectivo suplente, JOSÉ DE ANCHIETA ERTHAL MONYERAT brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 4.538 GABRJ, inscrito no CPF sob o nº 948.357.513-87, com escritório na Av. Almirante Barroso nº 12, sala 381, na cidade do Rio de Janeiro, RJ; (IV) representando os acionistas detentores de ações preferenciais, para membro efetivo Solon Guimarães Filho, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade CRBA nº 81-3-09933, inscrito no CPF sob o nº 063.690.637-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, à Rua Professora Vera Santanna, nº 308, Ipanema, com escritório à Rua do Cavador, nº 88, 2º andar, e seu respectivo suplente, Frederico Santana Sampaio, brasileiro, solteiro, economista, portador da Carteira de Identidade nº 1.184.439/00P-SE, inscrito no CPF sob o nº 332.166.443-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, à Rua das Laranjeiras, 136, apartamento 202; (v) representando os acionistas minoritários, para membro efetivo, como Coadjuvante efetivo Adelfy Bonolo, brasileiro, solteiro, advogado, CPF nº 825.823.787-04, identidade GABRJ 14.444, residente e domiciliado em Brasília, DF, na BQS 310, Bloco E, apartamento 206, e seu respectivo suplente, Adolpho Gasparides Nogueira, brasileiro, casado, contador, CPF nº 824.592.803-34, identidade nº 41.342-8 CRC/RJ, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, à Rua Domiano, 513, apartamento 1802, Bairro Gávea.

4) Dando seqüência à Ordem do Dia, passou-se à eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, cuja reunião deverá ocorrer-se na data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até o dia 30 de abril de 2004. A eleição dos membros do Conselho de Administração deu-se pela adoção do processo de voto eletrônico, conforme previsto no artigo 141 e seguintes da Lei nº6.404/76, sendo sido eleitos os seguintes candidatos: pela primeira controladora Telomar Participações S.A., foram eleitos os seguintes membros: (i) como Conselheiro efetivo, o Sr. SÉRGIO LINS ANDRADE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 18840000007 mglo, e do CPF/MF n.º 233.733.373-72, residente e domiciliado na Avenida Vieira Souto n.º 1603º andar, Rio de Janeiro - RJ, tendo como seu procurador, o Sr. CELSO FERNANDES QUEYVELLA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade CREABU n.º 18046-D, inscrito no CPF/MF sob o n.º 032.752.447-06, residente e domiciliado nesta Cidade, na Av. Francisco Blesing, n.º 165, apto. 431; (ii) como Conselheiro efetivo, o Sr. CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n.º 1.049.273577-RJ, e do CPF/MF n.º 008.363.013-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com escritório c/c à Rua Chacri Zeidan n.º 930-16º andar, São Paulo-SP, tendo como seu procurador, o Sr. SÉRGIO BERNSTEIN, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade SSP/SP n.º 3.836.726, inscrita no CPF/MF sob o n.º 087.256.208-91, residente e domiciliado na Rua Barão de Santa Eulália n.º 211, Apto 121 - Real Park - São Paulo - SP; (iii) como Conselheiro efetivo, o Sr. CARLOS ALBERTO DA VEIGA SICUPERA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade SPBU n.º 1.971.453, inscrito no CPF/MF sob o n.º 041.885.387-15, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, com escritório à Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar, tendo como seu procurador, o Sr. PIERSEN LAMAS LAMBRANHO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 831.044.458, inscrito no CPF/MF sob o n.º 667.368.217-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, com escritório à Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 7º andar; (iv) como Conselheiro efetivo, o Sr. JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade IFF, n.º 82.149.734-8, inscrito no CPF/MF sob o n.º 399.437.287.

38, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro, RJ, com matrícula à Av. República do Chile, 160, sendo como seu sócio, o Sr. RICARDO WEISS, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade nº 2.412.801 (DPF RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 23.4.378.563-04, residente e domiciliado na Rua Jardim Botânico nº 236, sala 02, Jardim Botânico, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ; (v) como Conselheiro efetivo, o Sr. BLANQUEL HORACIO FRANCISCO DA SILVA, brasileiro naturalizado, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 3.098.648 - (DPF RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 066.525.908-15, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro, RJ, com matrícula à Rua Leão Meller nº 116, 2º andar, Rio de Janeiro - RJ, sendo como seu sócio, o Sr. JOSÉ ALBERTO DINIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do R.C. nº 8.912.276-1-SP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 804.494.328-23, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Luísiária, 770, 7º andar; (vi) como Conselheiro efetivo, o Sr. ELIASAR DE CARVALHO FILHO, brasileiro, casado, economista, RG nº 31430489 SP/SP, CPF nº 182.478.167-78, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro, com matrícula à Av. República do Chile nº 160, 10º andar, Rio de Janeiro, sendo como seu sócio, o Sr. GUILLERME AUGUSTO CARDOSO FURTADO FILHO, brasileiro, solteiro, RG nº 8639604-8 (DPF RJ), CPF nº 90884137-00, residente e domiciliado na cidade de Rio de Janeiro, com matrícula à Av. República do Chile nº 160, 10º andar, Rio de Janeiro; (vii) como Conselheiro efetivo, o Sr. ROSILANO MARRANHÃO FINTO, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº CORECON 1690-11 Reg., inscrito no CPF/MF sob o nº 151.487.401-78, residente e domiciliado na - SNQ 218 Bloco "F", apto. 606, na cidade de Brasília, DF, sendo como seu sócio, o Sr. WILSON PEREIRA DE PAULA, brasileiro, separado judicialmente, analista de sistemas, portador da carteira de identidade nº 2.678.198-3 (DPF RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 227.376.157-71, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, RJ, com matrícula à Praia de Botafogo, 501 - 3a. e 4a. andar, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, RJ; (viii) como Conselheiro efetivo, o Sr. ALKIMAR RIBEIRO MOURA, brasileiro, separado judicialmente, economista, RG nº 5.342.714 SP/SP, CPF nº 831.677.284-51, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, à Rua João Alberto Moreira, 98, Vila Madalena, sendo como seu sócio, o Sr. ELONIR COGLIATTI, brasileiro, casado, bacharel em

Conselheiro Consultivo, RG n.º 12.368.518-1 (SP/RJ, CPF n.º 160.338.377-48, residente e domiciliado à Rua Dr. Paulo Henri n.º 91, bairro Bingen, Petropolis-RJ; (b) como Conselheiro efetivo o Sr. NECKER CARVALHO DE CAMARGOS FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, RG n.º 18.193.381-8 (SP/SP, CPF n.º 114.639.688-35, residente e domiciliado à Rua João Lima, 125901, e como seu sócio MARIO ARANTES THIBAU GUIMARÃES, brasileiro solteiro, advogado, RG n.º 1267422 (SP/SP, CPF n.º 373.508.841-68, residente e domiciliado à Rua Álvaro Chaves 18702, Rio de Janeiro-RJ);

A seguir foram eleitos pelas assembleias minoritárias: (a) como Conselheiro efetivo o Sr. LUCIANO GALVÃO COUTINHO, brasileiro, casado, economista, RG n.º 8.921.791 - SP/SP, CPF n.º 816.811.808-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo - SP, à Rua Ceará, 254, tendo como seu sócio, o Sr. FABIO DE OLIVEIRA MOKER, brasileiro, casado, bancário, RG n.º 08180373-3 (FF/RJ, CPF n.º 773.389.677-87, residente e domiciliado à Rua Visconde de Montev, s.º 175/202, Rio de Janeiro - RJ; (b) Conselheiro efetivo o Sr. ANTONIO CORTESAS NOGUEIRA, brasileiro, casado, bancário, RG n.º 123.331.538 -3 - SP/SP, CPF n.º 819.813.208-87, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Rua General Artigas, 71, apartamento 301, tendo como seu sócio, o Sr. JOELSON RODRIGUES FERREIRA, brasileiro, casado, bancário, RG n.º 18.480.729-SP-SP, CPF n.º 942.772.268-84, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, à Praia da Botafogo, 501/4º andar. Ficou esclarecido durante as reuniões que nenhuma das eleições incorre nas proibições constantes do artigo 38 da Lei n.º 4.736/65 e artigo 162 da Lei n.º 6.404/76, que se impõe de exercer atividades mercantis.

e) aprova a proposta de remuneração da Administração para o próximo exercício, conforme se detalha: (i) a verba anual para o Conselho de Administração no valor de até R\$1.432.000,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil reais); (ii) a verba anual para a Diretoria da Sociedade no valor de até R\$3.460.000,00 (três milhões, quatrocentos e sessenta mil reais); e (iii) a verba anual para o Conselho Fiscal conforme limite mínimo permitido em Lei, na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei n.º 6.404/76;

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

a) Desde início da deliberação da AGF, a Diretoria Executiva ratifica a item "a" do Orden de Dia para fazer constar expressamente que a emissão de debêntures deverá ser feita em três lotes, sendo cada dividaamente relacionado aos Senhores Acionistas que passaram a deliberar sobre a proposta com as seguintes condições: 1. DATA DE EMISSÃO: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures ("Data de Emissão") será 31 de junho de 2001. 2. VOLUME TOTAL DA EMISSÃO: O volume total da emissão será de R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), na Data de Emissão. 3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO: As debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão. 4. QUANTIDADE DE TÍTULOS: A emissão será constituída de 13.000 (treze mil) debênturas. 5. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO: As debêntures terão prazo de 60 (sessenta meses), com vencimento em 31 de junho de 2006. 6. FORMA E CONVERSIBILIDADE: As debêntures serão emitidas sendo nominativas, não endossáveis e não conversíveis em ações, devendo a inscrição do nome do debenturista constar do Livro de Registro de Debêntures. A Emissora emitirá certificados das debênturas aos debenturistas que assim o desejarem, mediante solicitação por escrito encaminhada à sede da Emissora. 7. ESPÉCIE: As debêntures desta emissão serão da espécie quinquagratia. 8. REMUNERAÇÃO: Sobre o valor nominal das Debênturas, incidirá uma taxa de juros equivalente a 100,0 % (cem por cento) da taxa média diária de juros das Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI, over night), apurada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), associada exponencialmente de um spread de 0,7%. Os juros serão pagos semestralmente, vencendo o primeiro pagamento ao final de 1º semestre a contar da data da emissão das debêntures. O CDI poderá ser substituído pela taxa SELIC, desde que, antes da deliberação assemblear da EMISSORA, o Banco Central do Brasil se manifeste favoravelmente quanto a sua utilização para emissão de debêntures. 9. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO: O preço da subscrição das debênturas será o seu valor nominal acrescido da remuneração calculada "pro-rata temporis", apurada desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. 9.1. A integralização das debênturas será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. 10.

REPAUTUAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA: Não haverá repautuação ou amortização programada. 11. **AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures da 2ª (segunda) série em circulação, por preço não superior ao seu valor devido, observada a disposto no artigo 33 da Lei nº 6.404/76. Nesta hipótese, as debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em circulação da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. 12. **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** A Emissora se reservará o direito de promover o resgate antecipado das debêntures objeto desta emissão, de forma total ou parcial, entre elas mediante sortido coordenado pelo Agente Fiduciário, com pagamento do valor devido a que foram just. Na hipótese de resgate parcial, a empresa deverá comunicar aos debenturistas sorteados a decisão do resgate, os quais solicitarão à CETIP a retirada das debêntures do SND - Sistema Nacional de Debêntures. A decisão do resgate deverá ser tomada em Assembleia Geral Extraordinária ou, se assim lhe for delegado, pelo Conselho de Administração da Emissora e comunicada aos debenturistas mediante aviso específico com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do resgate. As debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas. 13. **VENCIMENTO ANTECIPADO:** O Agente Fiduciário poderá, durante antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal da debênture não amortizado, acrescido da Remuneração calculada "pro-rata temporis", desde a Data de Vencimento, ou da data do último pagamento de Remuneração, prevalecendo a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sendo essa declaração de vencimento antecipado efetivada por notificação extrajudicial à Emissora, através de Cartão de Título e Documentos, na ocorrência dos seguintes eventos: a) decretação de falência da Emissora e suas subsidiárias, ou em caso de dissolução ou de liquidação da Emissora e suas subsidiárias (estas últimas salvo em processo de reorganização societária) ou, ainda, no caso de pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela Emissora e suas subsidiárias; b) primeira instância e trânsito de título contra a Emissora e que não sejam cancelados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data ocorrida que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; c) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emenda, não anexada em 10 (dez) dias, contados a partir da data ocorrida que lhe for enviado pelo

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

Assamblea Geral Ordinária e Remuneração realizada em 18 de abril de 2001

Agente Fiduciário; d) exatidão arrecada de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, comprovadamente, vir a comprometer o cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emenda; e) demais hipóteses a "necessary" descritos no artigo 1.º o qual faz parte integrante e insindivisível destas deliberações para todos os fins e efeitos de direito. 14. **PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia de inadimplência, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial no Brasil, no local de sede da Emissora, mas sempre anterior aos valores a serem pagos. 15. **ENCARGOS MORATÓRIOS:** Ocorrendo inexecução no pagamento de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, serão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, acrescido de multa contratual, irredutível e não compensável de 10% (dez por cento) sobre o montante devido, além da remuneração que continuará a incidir sobre o débito em atraso, tal como estabelecida na Escritura de Emenda, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. 16. **DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emenda, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento de remuneração no período relativo ao atraso no recebimento. No entanto, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. 17. **LOCAL DE PAGAMENTOS:** Os pagamentos referentes a quaisquer eventos pecuniários a que fazem jus os debenturistas desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou em sede social da Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em instituição financeira escolhida para tal fim. 18. **PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA:** Todas as atas e deliberações decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicadas, na forma de notas, no jornal *Correio Mercantil*, sempre com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo a Emissora avisar, previamente, ao Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação. 19. **NOTIFICAÇÕES:** As comunicações serão consideradas entregues quando

recolhidas" são prestadas ou em "artigo de movimento" expedido por empresa de correio ou por protocolo ou por telegrama aos endereços estabelecidos na Escritura de Sociedade. Os originais dos documentos enviados por lei-cópias deverão ser encaminhados para os credores indicados no artº VI (leia) das leis após o envio da remessa. 10. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA: A Emissora estará adicionalmente obrigada a: 1. Fornecer ao Agente Fiduciário 1.1, dentro de no máximo 70 (setenta) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas, relativas a esse exercício social; 1.2 imediatamente, qualquer informação disponível que Ela tenha a ser solicitada; 1.3 as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/91, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; 1.4, na mesma data em que forem publicadas, os artigos aos debenturistas, fatos relevantes e atos de assembleia que de alguma forma envolvam a instrução dos debenturistas. 2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM. 3. Manter sempre atualizado o registro de responsabilidade sobre a CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76. 4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares dos debentures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste esse serviço. 5. Manter seus bens adequadamente segurados. 6. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 201 da Lei nº 6.404/76, sem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se tal for por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Sociedade, quando tal proibição, não logo seja paga e mora. 7. Emissar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos do item 4, alínea "v" da Cláusula VI da Escritura de Sociedade. 8. Manter, durante o prazo de vigência e desde que haja debentures em circulação, as "contas, demonstrações" constantes do anexo a esta ata. Os "reversos financeiros" definidos nesta item serão operados anualmente, através de demonstrações financeiras completas, da Emissora e consolidadas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM (Demonstrações Financeiras Padronizadas). 9. Informar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer evento relativo aos itens "v", "b",

"a", "d", "e" e "f", da Cláusula IV. 13 - Vencimento Antecipado, da Escritura de Realização.

13. Assegurar aos debenturistas o resgate das debênturas de que fazem titulares, na hipótese da extinção estatutária da Emisora que represente modificação substancial do objeto social e/ou reorganização societária que venha a culminar em sua incorporação, fusão ou cisão, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 131, da Lei 6.404/76. O prazo para que o debenturista se manifeste será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas às eventuais operações descritas.

11. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA: As debênturas serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

Decorrido o dia de distribuição pública das debênturas será adotada o procedimento diferenciado, referido no artigo 13 da Instrução CVM nº 13/63, não sendo utilizada na oferta a sistemática de reserva antecipada, limitando-se apenas às mínimas, sendo direcionadas preferencialmente os clientes das instituições que desejarem efetuar investimentos na Emisora.

12. NEGOCIAÇÃO: A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SNE - Sistema Nacional de Debênturas, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

b) Fica delegada ao Conselho de Administração da Emisora, com referência às deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, poderes para, independentemente de convocação e deliberação de nova Assembleia deliberar sobre as matérias previstas nos incisos VI e VII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

c) Fica autorizada a Diretoria a contratar uma ou mais instituições financeiras para a colocação pública das debênturas, assim como nomear e contratar o Agente Fiduciário, e ainda, junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, as providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta Assembleia.



7. **Absenções e Registro de votos:** A assembleia PETROS se absteve de votar nas itens "a", "b", "c" da ordem do dia da AGO, bem como itens constantes da pauta da AGE. O acionista José Teixeira de Oliveira aprovou expressamente as matérias submetidas a votação, apresentando voto de louver e parabenizando a Administração da Companhia pelo desempenho no exercício. Foram registradas declarações de votos e abstenções dos fundos de investimentos conforme manifestações de voto protocolados na secretaria e para linguagem da ata da assembleia. As demais matérias foram aprovadas pelos demais presentes à assembleia, ressalvadas as abstenções e votações contrárias à aprovação das matérias relacionadas sob a forma de acervo retro mencionadas.

8. **Encerramento:** Nada mais tendo, encerrou-se a ata e que se refere esta Assembleia, que foi aprovada por acionistas representando a maioria do capital social da Companhia, observadas as abstenções e declarações de voto. Foi determinada a publicação da presente ata nos os autos. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2001.


Sérgio L. Nakagawa - Secretário


Luiz Alberto Calmon Barreto - Presidente